



Construção do conhecimento agroecológico e o curso de condutor de visitante no Parque Nacional de Itatiaia
Construction of agroecological knowledge and the visitor conduct course in Itatiaia National Park

¹GONÇALVES, Pedro; ²CORDEIRO, Marina; ³AMÂNCIO, Cristhiane
¹PPGDT/UFRJ, demattospedro45@gmail.com; ²DCS/UFRJ, ccordeiro.marina@gmail.com;
³EMBRAPA/PPGDT-UFRJ, cristhiane.amancio@embrapa.br

RELATO DE EXPERIÊNCIA TÉCNICA

Eixo temático: Construção do Conhecimento Agroecológico

Resumo: A construção e aplicação do curso de condutor de visitante no Parque Nacional de Itatiaia buscou preencher uma lacuna provocada pela implementação da Portaria do MAA/ICMBio nº769/2019 que regula esta atividade. A necessidade criada para um certificado formal de capacitação para esta atividade dificultou o prosseguimento do Programa de Condutores, parte importante na política de uso público dos Parques. O objetivo principal foi certificar os profissionais que já atuavam nesta atividade para sua regularização frente à portaria, assim podendo manter sua fonte de renda relacionada aos bens imateriais da natureza. O curso formou 39 condutores e gerou uma série de questionamento sobre a Portaria, tais como, confronto entre saberes tradicionais e acadêmicos; territorialização dos condutores verso a desterritorialização dos Guias de Turismo; condição em nível nacional da implementação da Portaria; os caminhos que o turismo como economia verde pode percorrer nestas área de proteção integral.

Palavras-chaves: uso público; guia de turismo; unidades de conservação.

Contexto

A primeira Unidade de Conservação do Brasil criada com o objetivo de preservar um determinado bioma e suas belezas cênicas foi o Parque Nacional de Itatiaia (PNI), em 1937, na Serra da Mantiqueira, incrustada na Mata Atlântica. Os gestores da época seguiram um modelo importado dos Estados Unidos, primeiro país no mundo a tomar a iniciativa de preservar trechos da sua Natureza Intocada. O objetivo era reter o avanço desenfreado do consumo de matérias primas para industrialização e os desequilíbrios ecológicos já latentes, que ocasionou a implantação do Parque Nacional de Yellostones em 1872. Originadas com uma ideologia preservacionista, esta perspectiva engendrou a criação de inúmeras unidades de conservação no país e no mundo, inicialmente centradas numa oposição homem *versus* natureza, compreendendo a ação humana como prejudicial ao ambiente. Ao longo do tempo, a perspectiva dos chamados “Parques Fortaleza” entrou em discussão frente à exclusão visível das populações locais que habitavam essas áreas agora destinadas à preservação, perdendo espaço para uma perspectiva que prevê a interação humana, seja através do extrativismo ou do “uso público”. Tal abordagem permitiu o impulsionamento do turismo e especificamente o ecoturismo e mais recentemente o turismo de base comunitária, contudo, com a especialização do turismo de contemplação do espaço natural, observou-se uma rápida transformação de parte



dessas UCs em territórios de exploração do setor, gerando outras dinâmicas e disputas sobre os modelos de uso público de UCs, envolvendo os agentes e formas normatizadas de exploração desses territórios. Neste cenário, observa-se no Brasil a ascensão dos cursos de Turismo, o incremento desta atividade profissional e as dinâmicas instauradas com outros agentes que atuam no território, como os condutores de visitantes que possuem suas raízes históricas nas comunidades tradicionais locais, nos “caipiras”. Além destes, é importante mencionar os montanhistas que, apesar de não serem caracterizados como tradicionais, também configuram uma comunidade importante para o desenvolvimentos das atividades nas áreas de montanha, com bioma ainda mais sensível e portadores de outra lógica de interação nos ambientes de montanha.

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de Mestrado¹ que busca compreender as dinâmicas da atividade econômica de exploração dos bens imateriais dos Parques Nacionais e o uso exaustivo da natureza, enfocando em dois atores que apresentam este território aos visitantes – os *Guias de Turismo* e os *Condutores de Visitantes*. Ambas atuações foram impactadas pela promulgação da Portaria 769/2019 (MMA-ICMBio), de 10 de dezembro de 2019, que inova em seus parâmetros de regulação, ao estabelecer, pela primeira vez, a exigência de um curso formal de capacitação para seu credenciamento. A partir de então, os PARNAS do país com programas de credenciamento de condutores de visitantes viram-se na necessidade de adequar suas normas e lidar com a inexistência de uma política de criação de cursos de tal tipo no entorno dos 74 Parques brasileiros. No bojo deste processo, alguns PARNAS dedicaram atenção à elaboração de cursos específicos, enquanto outros privilegiaram o encaminhamento dado pela normativa de aceitação dos certificados chamados “correlatos” ou de “guias de turismo” para este fim. Uma adaptação aos modelos anteriores foi realizada, configurando uma disputa por reservas de mercado para atuação dos condutores ou dos guias nos PARNAS, o que reflete projetos de exploração específicos destes territórios através do uso público destas UCs. Apresentaremos, neste trabalho, o relato da experiência de atuação na formação de condutores de visitantes, considerando o cenário supracitado do Parque Nacional do Itatiaia (PNI), que ocupa terras de dois Estados - RJ e MG - e três Municípios - Resende e Itatiaia (RJ), e Bocaina de Minas (MG), sendo considerado um importante produtor de água e gerando segurança hídrica para Capital Carioca e inúmeras comunidades do seu entorno.

O PNI foi um dos afetados pela Portaria de forma significativa, considerando que possui um programa de credenciamento de condutor de visitantes com papel importante na região - tanto para o próprio parque pela preservação, fiscalização e impulsionamento da visitação, quanto para os condutores, muitos deles moradores do entorno. A portaria gerou um impasse, uma vez que os credenciados precisariam

¹ Pesquisa de Mestrado intitulada provisoriamente “Efeitos das políticas públicas de uso público nos territórios dos Parques Nacionais”, conduzida pelo mestrando Pedro de Mattos, sob orientação da Profa. Cristhiane Amâncio, no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PPGDT) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ).



de renovação em 2020, e um debate fervoroso, conduzido em uma de suas instâncias participativas - a Câmara Temática de Montanhismo e Ecoturismo (CTME). Desde então, através de um dos agentes da CTME, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) acolheu, via um Projeto de Extensão, a elaboração do curso de Condutores de Visitantes do PNI, conectado à sua Escola de Extensão (EEXT - UFRRJ). O curso foi elaborado em parceria entre condutores, guias, montanhistas e agentes da universidade, de forma horizontalizada e supondo um estudo pormenorizado da portaria, o enfoque na formação de condutores do entorno e nos entremeados da política nos setores ambientais e de turismo. Ao longo de seu desenvolvimento, inúmeras questões relativas às dinâmicas entre os guias e condutores se fizeram presentes, além dos debates sobre a formação de tais saberes sobre a montanha em suas relações com os *conhecimentos da experiência e acadêmico-teóricos*. Adicionalmente, as articulações políticas para elaboração e execução do curso envolveram agentes do próprio PNI, do IFRJ - Campus de Resende, onde existe um curso de guia de turismo -, a FEMERJ, Prefeituras de Resende e Itatiaia, além de promover amplos diálogos com agentes de outras UCs, como o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, que têm enfrentado a mesma questão a partir da portaria. É, portanto, que a experiência do curso de Condutores de Visitantes do PNI - que teve duração entre maio/2022 e maio/2023 - será apresentada aqui.

As políticas de uso público desses territórios foram iniciadas a partir dos anos 1994 na esteira das demandas políticas geradas pela Rio-92 e ao longo do tempo ocorreram incremento nas normatizações para visitação e turismo, visando novas formas de exploração das UCs e mais especificamente dos PARNAS, incrementando a função social de suas terras como bem comum de todos (artigo nº225 da CFB de 1988). Estes espaços naturais, antes isolados da maioria das pessoas, foram sendo apropriados por agentes sociais e econômicos moldando um território com características únicas, onde apesar da proibição da habitação humana existe um fluxo constante de pessoas, atividades de lazer e cultura, além de produção de renda. Essas características apresentadas compõem a própria definição do turismo, que vem ao longo dos anos mostrando-se como um dos fatores importante para modelar determinados territórios, por ser uma referência nas economias sustentáveis, um parceiro na educação ambiental e uma possível solução de preservação ambiental, mas também por propiciar renda para moradores locais. Importante notar ainda que as duas categorias que atuam profissionalmente no espaço - os *guias* e *condutores* - possuem características muito distintas quanto à sua formação para a atividade e pertencimento territorial. Os primeiros possuem formação acadêmica, baseada nos cursos de bacharelado em turismo iniciados no país em 1970, nos cursos técnicos impulsionados através dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFes), com foco na atuação no setor empresarial e não necessariamente pertencentes aos territórios onde desenvolvem sua atividade ocupacional. Os condutores por sua vez, com raiz histórica nos chamados “caipiras”, possuem conexão com as populações tradicionais ou com atividades do



montanhismo - portanto, muito mais ancoradas numa formação dos *saberes da prática e tradicionais* do que acadêmico-formais.

Compreendemos portanto, que cada um dos profissionais possuem saberes distintos e com potência variadas e a portaria coloca em disputa ambos os tipos de conhecimento - acadêmico-formais e da experiência prática-tradicional. Este entendimento ancora-se no fato de que o texto normativo da portaria 769/2019 acaba privilegiando a regulação dos guias em detrimento dos condutores, uma vez que inexistente política pública para fomento de tais cursos em âmbito local, e que a atuação dos guias tende a ser menos territorializada localmente. No caso do PNI, há condutores que atuam há mais de 10 anos com foco do trabalho no parque; enquanto observa-se uma atuação intensa de agentes empresariais do turismo vendendo tais serviços em escalas territoriais muito mais amplas e enfocando em múltiplos PARNAs, por exemplo. Neste contexto, a agroecologia entendida como ciência, movimento social e prática cotidiana pode auxiliar na compreensão deste território, o PARNA Itatiaia, para além do que as teorias ambientalistas ou mesmo do turismo permitiram até então. Neste material será possível observar as limitações disciplinares de compreensão até então, para que as lacunas identificadas sejam melhor analisadas à luz da construção do conhecimento agroecológico.

Descrição da experiência

O curso de Condutores do Parque Nacional do Itatiaia (PNI), foi uma ação do Projeto de Extensão intitulado Núcleo Social de Sustentabilidade e Inovação da Região de Visconde de Mauá (MG-RJ), através da UFRRJ. A proposta do curso está afinada com o objetivo geral do projeto, que visa a construção de um espaço de articulação social e política da região, incentivando a participação da população local nas questões sócio-ambientais que atingem a localidade - considerando em especial, o contexto macro e micro-político regional. Esta ação foi vinculada à Escola de Extensão (EEXT) da UFRRJ, que é um órgão complementar da Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT), cujo objetivo principal é estimular o oferecimento de cursos de extensão pela Instituição, visando ampliar a comunicação da Universidade com a sociedade em geral, estimulando a integração entre os saberes acadêmico e popular, e a formação em temas de importância social para democratização do conhecimento gerado pela academia. O curso, de 110 horas, foi enquadrado na categoria Cursos de Atualização da EEXT, que objetivam a formação continuada do profissional em sua área de atuação através da ampliação de conhecimento, habilidades ou técnicas.

Para execução e desenvolvimento do Curso de Capacitação de Conductor de Visitantes no PNI, foi produzida uma adequação entre os elementos gerais previstos na Portaria 769/2019 (MMA/ICMBio) e os conhecimentos locais, relativos ao Planalto do Itatiaia e Parte Baixa do Parque. Como subsídio ao trabalho, o núcleo debruçou-se sobre os editais de credenciamento do PNI; documentos de outros parques nacionais; levantamento da demanda para realização do curso, além de



dados gerais sobre montanhismo e o PNI. A proposta foi desenvolvida em diálogo com um grupo de trabalho para este fim - o GT de Base² -, formado a convite, que contou com condutores e montanhistas experientes no Parque e estudantes da universidade. Também fizeram parte da articulação, os membros da gestão do PNI, da CTME, além de ter sido debatida em reuniões com o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro - Campus Resende (IFRJ). A elaboração das ementas foi conduzida através de metodologia envolvendo reuniões semanais/quinzenais de aproximadamente 2h cada, desde o mês de junho de 2022 até fevereiro/2023, com GT de Base - somando aproximadamente 30h (trinta horas) de discussão.

Como parte do processo de construção do curso, o Núcleo elaborou um formulário através da ferramenta Google Forms intitulada “Consulta de Interesse para o Curso Condutores de Visitantes do PNI (UFRRJ)”, com o objetivo de checar o interesse e demanda pela participação no curso. A informação foi enviada por email aos condutores atualmente cadastrados no PNI - público-alvo preferencial do curso - e circulou através das redes sociais locais (basicamente grupos de whatsapp da região). O formulário, com dezessete perguntas, foi disponibilizado por sete dias corridos e dividido em módulos: (i) identificação geral; (ii) condições de participação no curso. As 145 respostas obtidas superaram as expectativas, fazendo com que a turma inicialmente pensada para 25 vagas, mesmo com a ampliação para 40, configurou uma concorrência de 3,6 candidatos por vaga. Foi lançado um edital de seleção para as inscrições, gerando uma turma de 40 alunos e uma lista de espera de mais 38 candidatos. A Estrutura Geral do Curso, semi-presencial, foi composta por aulas ordenadas através dos eixos divididos em conteúdos obrigatórios, desejáveis conforme exigências da portaria, mesas redondas (sessões especiais online) e atividades de campo.

Resultados

Um dos resultados obtidos já na formulação do curso é uma análise de Implementação de Política Pública - a Portaria 769/2019 - observando seus impactos na atuação de condutores e guias no PNI. Esta análise fez surgir questões como: Qual o objetivo/intencionalidade da portaria? Qual a relação entre a portaria, a *regulamentação* das atividades dos *condutores* (Portarias desde 2010) e os *curso*s de *Guia de Turismo*? Existe uma perspectiva de desqualificação dos *saberes da experiência* em detrimento dos *diplomas*? Tais questões de maior fôlego analítico passaram, a partir desta experiência de elaboração e execução do curso de condutores do PNI, a figurarem como parte da pesquisa de mestrado já mencionada. Ao longo do curso, outras questões surgiram e serão sumariadas aqui.

Um primeiro ponto é a percepção de que historicamente os condutores do PNI ingressavam em geral no Programa, com uma formação prévia, seja por serem

² Agradecemos aos membros do GT de Base que fizeram parte deste trabalho, a saber: Eduardo Cotrim; Ester Maria de Souza; Fabio Gandra; Grazielle Santos; Ingrid Coelho; Sergio Pêgas.



moradores do entorno da UC, por lá atuarem como voluntários ou por serem praticantes do montanhismo. Através do curso, pela primeira vez, houve condutores formados sem conhecimento prático do Parque, o que ficou exposto na segunda atividade de Campo. Ao longo do curso foram realizadas três atividades de campo, sendo uma na parte baixa e duas na parte alta (ou planalto). Numa das atividades no Planalto, realizada na trilha do Couto, foi possível observar diferenciações sensíveis de atuação: os condutores já credenciados e experientes precisaram acalmar e direcionar seus companheiros novatos na transposição dos obstáculos naturais do caminho e ensinar elementos básicos de navegação, localização na área do parque e interpretação ambiental. Um temor surgiu na coordenação depois desta atividade: certificariamos, através do curso, condutores para ficarem perdidos no PNI? E mais, qual habilidade de condução se adquire com uma única caminhada?

Diante desta questão, foi realizado um levantamento, demonstrando que nos processos de cadastramento anteriores, o alcance era limitado, sendo direcionado à pessoas que tinham acesso pretérito ao Parque. Diante da criação de um curso gratuito via IES, o acesso ao status de condutor (certificado) foi “democratizado” e, como consequência, aumentou o número de interessados e a variedade de perfis e intenção. Foram certificados 39 estudantes, quantitativo equivalente a 76% do total de credenciados no programa entre os anos de 2010 e 2018 (51 condutores). Ressalta-se que os estudantes sem experiência eventualmente possuíam algum conhecimento formal sobre a UC, ou eram guias de turismo (não atuantes), ou com conhecimento especializado em algum dos temas - não à toa, seis dos palestrantes eram também estudantes do curso. Tais observações conduziram a outra questão: o conhecimento prático (ou experiência no ambiente) é *escolarizável*? Sendo a atividade de condução eminentemente prática, compreendemos que três atividades de campo num período de dois meses, na mesma época do ano, é absolutamente insuficiente para atuação efetiva do profissional. Ressaltamos que os condutores ditos experientes, por vezes possuem anos de prática, muitas horas de caminhada e experiência em distintas condições climáticas e estações do ano. Tal experiência não é passível de processo de escolarização, em sala de aula.

A partir das análises precedentes, podemos questionar qual o impacto do turismo, e mais especificamente do Ecoturismo, na ocupação do condutor - compreendido como agente historicamente ligado ao território do Parque. O diploma e uma titulação como Guia traz possibilidades efetivas de incremento no rendimento ou perspectivas novas a estes profissionais? A portaria torna mandatária uma capacitação formal, mas não estrutura uma política que propicie a disponibilização de tais cursos ao público. Isto gerou um “jogo de batata quente” e muitos PARNAS optaram pelo uso da certificação de guia como correlato/equivalente. Como consequência, observa-se uma mudança no perfil dos condutores no caso do PNI, que pode servir como pista ao questionamento se há um impulsionamento à formação técnica dos condutores, mesmo às custas de uma qualificação prática



inferior para a condução do serviço. Numa rápida enquete entre os alunos, a maioria dos condutores sem formação como guia demonstrou a falta de interesse em obtê-la. Dois principais motivos foram apresentados: (i) a não-perspectiva de aumento remuneratório correspondente ao diploma, e (ii) a dificuldade para conseguir cursos adequados/acessíveis na Região. O segundo motivo recai sobre uma percepção obtida com nossa parceria junto ao IFRJ - Campos Resende. O campus, mesmo central e de fácil acesso, propõe um curso noturno de duração de um ano, de segunda à sexta, dificultando a vida daqueles que trabalham - perfil da maioria dos estudantes. Outro elemento é o conteúdo desmotivante, uma vez que não se explora expertise voltada para o PNI ou atividades na Natureza. Mesmo localizado em região de grande potencial, suas atividades de campo são voltadas para a exploração da Capital. Se o IFRJ não explora de forma significativa o PNI como perspectiva de atuação profissional, o Curso de Guia, portanto, encerra o conhecimento necessário à condução de visitantes no PNI?

A partir da experiência do Curso no Itatiaia, buscamos entender se as questões levantadas eram limitadas a essa unidade de conservação ou seriam questões de cunho nacional. Portanto, realizamos uma pesquisa inicial sobre o credenciamento nos ParNas quantificando: aqueles com editais de credenciamento efetivados após 2019; utilizando cursos “correlatos” como resposta à falta de específicos; dentre os cursos específicos oferecidos quais são elaborados pelos Gestores das UCs ou institutos parceiros; outras exigências como primeiros socorros/carga horária, pagamento de taxa, cursos gratuitos. Na experiência do curso em questão, observamos que ao analisar um PARNA como um território, é possível compreender as disputas e tensões, onde muitas vezes por trás do discurso do desenvolvimento sustentável observa-se, quase que passivamente, um imenso processo de desajuste de sociedades e povos tradicionais. Esses agrupamentos humanos que viviam em condições que se poderiam chamar mais ajustadas ambientalmente - sob a égide da regulação do uso de ambientes naturais -, são agora eco excluídos do seu saber fazer e conhecimento tradicional relacionado aos ambientes de montanha. Mais uma vez, observa-se um processo em que os saberes tradicionais são desconsiderados em detrimento da necessidade urbano industrial de normatização e no caso em questão, ocorre uma “conversão” da racionalidade dos usuários locais que atuam como condutores à função de guia, como profissão. O que chama a atenção é que, sob o grande guarda chuva do ambientalismo, se apresentam diferentes formas de se perceber a questão ambiental e, dessa maneira, também surgem diferentes estratégias para tratá-la. Algumas delas se mostram claramente excludentes e, muitas vezes, com viés discriminatório.

Apontamos, portanto, uma perspectiva em que o uso público de espaços naturais pelas comunidades que o habitam ou vivem nas suas bordas das UCs através do turismo, operam uma economia em harmonia com a natureza estão próximos dos princípios da Agroecologia. Apesar do turismo de base comunitária no caso das unidades de proteção integral não produzirem diretamente alimentos, torna-se responsável por nutrir a mente e a alma das pessoas desgastadas pelas crises da



urbanidade. Compreendemos que o turismo de base comunitária representado pelos condutores de visitantes, pelos seus saberes históricos e da experiência, por seu pertencimento territorial e partilha dos ideais de preservação ambiental, compartilha dos mesmos princípios que regem a Agroecologia. São formas de uso e relação com o território diferenciadas, sem a supremacia absoluta das lógicas capitalistas monetarizantes e de esgotamento dos recursos naturais, configurando formas mais salutares de relação homem e natureza. Em síntese, o Conductor de visitante está próximo da Agroecologia e compartilha de uma percepção de mundo, enquanto as empresas de turismo - cujos profissionais por excelência são os *Guias* - estão para a lógica mercantil do Agronegócio.